



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1932843 - SP (2021/0229685-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : MARIA CRISTINA PINHEIRO  
**ADVOGADOS** : ERICSON CRIVELLI - SP071334  
SARA TAVARES QUENTAL RODRIGUES - SP256006  
ANDRÉ LUIZ DOMINGUES TORRES - SP273976  
DIOGO ASSUNÇÃO ALVES DE MORAIS - SP407194  
VITOR MONAQUEZI FERNANDES - SP323436  
FRANCINE BRANDÃO - SP448874  
**AGRAVADO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

### DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por MARIA CRISTINA PINHEIRO, com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl. 307), contra decisão que inadmitiu recurso especial (fls. 303/304) que, por sua vez, foi apresentado ao acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte agravante não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo sem sequer trazer argumento para sustentá-lo.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência